de circunscrição, devem permanecer no município sede para dar apoio administrativo e operacional, caso necessário.

§ 2º O acionamento do superior de dia deve seguir os parâmetros previstos na presente norma.

CAPÍTULO III

DO POSTO E TRANSFERÊNCIA DE COMANDO

Art. 37. O Posto de Comando (PC) será:

I - móvel nas emergências NG-01;

II - fixo nas emergências NG-02 e NG-03.

§ 1º Quando o PC for móvel, o Comandante de Socorro desloca-se pela cena emergencial e comanda a Operação de Bombeiros através de rádio portátil, a viva voz ou a toque de corneta.

§ 2º A instalação do PC fixo, requerido em função das dimensões da emergência e quando há a necessidade de um comando direto a partir do exterior da cena operacional será de competência dos Comandantes das Operações de Bombeiros.

§ 3º A localização do PC fixo não deve mudar durante a emergência.

§ 4º Ao estabelecer o Nível de Gravidade de uma emergência o Comandante das Operações de Bombeiros, além dos critérios definidos nesta norma deve sempre que possível estabelecer uma margem de segurança na sua avaliação de modo a evitar o erro por insuficiência de recursos Operacionais.

Art. 38. O PC fixo será instalado no interior de uma barraca de campanha ou de um veículo especializado, denominado "AUTO POSTO DE COMANDO". Parágrafo único. Caso o Corpo de Bombeiros Militar do Pará não disponha de veículo especializado, o PC fixo será instalado junto a uma Viatura Operacional, preferencialmente na de Busca e Salvamento.

Art. 39. Sempre que for possível, o PC fixo deverá estar posicionado na parte frontal da cena operacional e também possibilitar uma visão pelo menos dois lados da ocorrência.

Art. 40. A transferência de comando entre Oficiais da Cadeia de Comando Operacional só deve ser realizada depois dos procedimentos de substituição, quando o Comandante das Operações de Bombeiros substituído informa a seu substituto qual a situação atual na zona da emergência, o que já foi feito e o que necessita ser executado.

Parágrafo único. Ao Comandante das Operações de Bombeiros que está assumindo cabe, obrigatoriamente, a informação de transferência de comando ao Coordenador de Operações.

Art. 41. O Comandante das Operações de Bombeiros substituído assumirá a função de Comandante de Setor, em atividade definida a critério do Comandante das Operações de Bombeiros substituído.

§ 1º O Comandante das Operações de Bombeiros em NG 03 é exercido por um oficial do quadro de combatente, não sendo permitido Comandante das Operações de Bombeiros de outros quadros, mesmo que no local esteja um oficial do quadro de combatente de posto inferior a outro quadro, devendo aguardar a chegada do Superior de Dia da instituição ou designado pela Cadeia de Comando Operacional, a fim de exercer a função de Comandante das Operações de Bombeiros.

§ 2º Todo militar que não esteja escalado para o serviço diário, ao chegar a uma operação deve se apresentar ao Comandante das Operações de Bombeiros colocando-se à disposição.

Art. 42. A atuação da Cadeia de Comando Operacional para as emergências NG-01 se dará da seguinte forma:

I - acionamento pelo Coordenador de Operações dos Recursos Iniciais da Unidade Bombeiro Militar Operacional com menor TRP;

II - análise de gravidade pelo Comandante de Socorro;

III - comunicação de Gravidade pelo Comandante de Socorro ao Coordenador de Operações;

IV - acionamento dos Recursos de Reforço da Unidade Bombeiro Militar Operacional com menor TRS, pelo Coordenador de Operações BM, se necessário.

Art. 43. A atuação da Cadeia de Comando Operacional para as emergências NG-02 e NG-03 se dará da seguinte forma:

I - acionamento pelo Coordenador de Operações dos Recursos Iniciais da Unidade Bombeiro Militar Operacional com menor TRP;

II - acionamento do Oficial de Área ou Oficial Tático;

III - análise de Gravidade pelo Oficial de Área ou Oficial Tático;

IV - comunicação de Gravidade, de Transferência de Comando e de Localização do PC pelo Oficial de Área ou Oficial Tático ou superior de dia ao Coordenador de Operações;

V - acionamento dos Recursos de Reforço da Unidade Bombeiro Militar Operacional com menor TRS.

Art. 44. O Oficial de Área ou Oficial Tático e o Superior de Dia podem por livre iniciativa assumir a função de Comandante das Operações de Bombeiros na emergência cujo NG é de atuação do escalão inferior na Cadeia de Comando Operacional, situação na qual permanece a obrigatoriedade do cumprimento do disposto nos arts. 48 e 49, respectivamente.

Art. 45. Quando da necessidade do acionamento de Recursos de Reforço externos ao Corpo de Bombeiros Militar do Pará o Coordenador de Operações providenciará o Acolamento Operacional compatível.

Art. 46. Quando a análise do Nível de Gravidade definir a emergência como NG-03, com a atuação da Cadeia de Comando Operacional, diretamente do Comandante de Socorro para o superior de dia, o coordenador de operações acionará concomitantemente o Oficial de Área caso esteja escalado.

Art. 47. O acionamento dos Recursos Iniciais é de competência exclusiva do coordenador de operações, salvo se a solicitação pelo usuário for feita diretamente à Unidade Bombeiro Militar Operacional, quando o Comandante de Socorro se incumbirá do seu deslocamento e só após providenciará o processamento da emergência no Centro Integrado de Operação podendo haver a interferência do superior de dia.

Art. 48. O acionamento do Recurso de Reforço através do coordenador de operações é competência exclusiva dos Comandantes das Operações de Bombeiros, podendo haver a interferência do superior de dia.

Art. 49. No interior do Estado onde a solicitação de socorro algumas vezes é feita diretamente à unidade, o Comandante das Operações de Bombeiros se incumbirá do acionamento dos Recursos Iniciais e de Reforço.

Parágrafo único. Na emergência NG-03 é obrigatória a Comunicação de Gravidade, Transferência de Comando e de Localização de PC pelo Comandante das Operações de Bombeiros ao Coordenador de Operações de serviço no Centro Integrado de Operação.

Art. 50. Nas emergências na Região Metropolitana de Belém, com pessoas em Iminente Risco de Vida, não enquadradas como Operações Extraordinárias, concomitantemente com a Unidade Bombeiro Militar Operacional de menor TRP, será obrigatoriamente acionado o Grupamento responsável por Busca e Salvamento.

Art. 51. Após o acionamento dos Recursos Iniciais, o coordenador de operações manterá obrigatoriamente contato com o solicitante através de linha telefônica, para a coleta das informações complementares de interesse operacional, particularmente nas emergências com pessoas em Iminente Risco de Vida e de incêndio.

Art. 52. Quando os trabalhos na cena emergencial entrar na fase dos procedimentos finais, como o de rescaldo nas ocorrências de incêndio, o Comandante das Operações de Bombeiros procederá à transferência de comando ao escalão inferior da Cadeia de Comando Operacional.

Parágrafo único. É obrigatória a comunicação de transferência de que trata este artigo pelo oficial substituído ao coordenador de operações.

TÍTULO IV

DAS OPERAÇÕES EXTRAORDINÁRIAS, INFORMAÇÕES E PLANOS TABULARES

CAPÍTULO I

DAS OPERAÇÕES EXTRAORDINÁRIAS

Art. 53. Constituem-se tipos de operações extraordinárias:

I - simples são as que necessitam da mobilização de Recursos Operacionais disponíveis no trem de socorro diário, com atuação que origina dispêndio de recursos financeiros extraordinários;

II - Complexas são as que necessitam da mobilização de Recursos Operacionais não disponíveis total ou parcialmente no trem de socorro diário, com atuação que origina dispêndio de recursos financeiros extraordinários.

§ 1º Consideram-se recursos financeiros aqueles destinados a suprir meios extraordinários, necessários ao desempenho da operação, tais como, pagamento de diárias, suprimento de fundos, despesas com alimentação, pousada, combustível e transporte.

§ 2º O Sistema de Comando Incidente (SCI/SCO) deverá ser estabelecido em todas as emergências extraordinárias que envolverem mais de uma Organização ou quando for necessária, obedecendo a seguinte estrutura mínima inicial:

I - etapa de resposta imediata de resiliência, planejamento inicial;

II - etapa do Sistema de Gestão do Incidente;

III - etapa de elaboração do Plano de Ação Inicial (PAI);

IV - etapa de execução do Plano Tático;

V - etapa de Avaliação de necessidade de novo planejamento, ou requisição de apoio logístico e humano;

VI - etapa de desmobilização;

VII - etapa de retorno à situação normal;

VIII - etapa de compilação de dados e relatório.

Art. 54. Os procedimentos a serem adotados nas Operações Extraordinárias Simples são os seguintes:

I - solicitação pelo Superior de Dia ao Ordenador de Despesa da "autorização de missão";

II - definição e mobilização dos Recursos Operacionais.

Parágrafo único. O Superior de dia através do escalão hierárquico da Cadeia de Comando Operacional se incumbirá das medidas necessárias para a consecução da operação, inclusive quanto aos meios que dependem do dispêndio de recursos financeiros.

Art. 55. Os procedimentos a serem adotados nas Operações Extraordinárias Complexas são os seguintes:

I - solicitação pelo Superior de Dia ao Ordenador de Despesa da "autorização de missão";

II - desencadeamento do Plano Emergencial para Operações Extraordinárias (PLAEX) Complexas;

III - mobilização dos Recursos Operacionais através da Defesa Civil.

Parágrafo único. O PLAEX dentre outros procedimentos definirá o acionamento em qualquer tempo do alto escalão do Comando Operacional para a elaboração do "Planejamento Operacional Mínimo" e a consecução dos "Acolamentos Operacionais Padrões".

Art. 56. Na impossibilidade do contato com o ordenador de despesa para a "autorização de missão", esta deverá ser concedida pelo Chefe do Estado-Maior Geral ou Comandante Operacional.

§ 1º As missões ordinárias que tenham despesas de diária deverão ter autorização previa do Comandante-Geral ou Operacional.

§ 2º Os relatórios de serviços devem ser confeccionados no máximo em 48 horas após a operação por quem estiver comandando ou a quem tenha sido delegada a missão.

Art. 57. O Militar independente do seu posto ou graduação que chegarem à cena de emergência voluntariamente ou através de Plano de Chamada deverá adequar-se as seguintes situações:

I - trabalhar sob a coordenação do Comandante das Operações de Bombeiros;

II - atuar somente após ter sua atribuição definida pelo Comandante das Operações de Bombeiros e receber orientação;

III - estar com uniforme de prontidão;

IV - observar o uso de EPI adequado.

§ 1º Os Oficiais nas condições deste artigo poderão assumir as funções de Comandante de Setor, Oficial de Segurança, Oficial de Isolamento